

A cultura do voto eletrônico no Brasil: Contribuição Tecnológica para a Democracia e Comunicação Pública

Roberto Gondo Macedo¹

Resumo

Novas tecnologias influenciam diretamente no cotidiano da sociedade, sejam nas ações profissionais, como nas informais. O fomento de redes eletrônicas e a exponencial exigência da velocidade da informação e conhecimento são exemplos factuais de interação tecnológica no universo social. O objetivo do artigo é apresentar um panorama evolutivo do sistema eletrônico de votação brasileiro e seu impacto no comportamento do cidadão quanto ao direito do voto, lisura do processo democrático e cultura eleitoral eletrônica. O período de pesquisa é intensificado de 1996 até os dias atuais, visto que o projeto inicial para a implantação da urna eletrônica como procedimentos eleitoral padrão ocorreu nesse período, idealizado e gerenciado pelo Tribunal Superior eleitoral, órgão regulador nacional do sistema eleitoral, no acompanhamento sistêmico dos partidos e políticos eleitos, como nos momentos eletivos.

Palavras-chave

Tecnologia eleitoral; comunicação pública, urna eletrônica.

Introdução

A democracia em sua égide histórica conviveu em harmonia com a evolução do homem e da sociedade, nas organizações sociais, culturais, econômicas e políticas, embora o conceito democrático tenha sofrido em muitos momentos históricos, afrontas ditatoriais com processos hostis que inibiram o direito universal de liberdade de escolha e expressão em nações e etnias.

A evolução tecnológica trouxe consigo benefícios para a produção industrial nas últimas décadas, acentuada a partir da década de 70, mas também desenvolveu nos últimos vinte anos uma condicionante de dependência da tecnologia por parte dos mais variados grupos sociais e conseqüentemente no cotidiano dos seus indivíduos. A velocidade da informação cresce exponencialmente e a necessidade de adaptação dos sistemas atuais é fato, e supostamente, necessidade competitiva.

¹ Mestre em Administração Pública, Doutorando em Comunicação Social; Universidade Presbiteriana Mackenzie e Universidade Metodista de São Paulo; Docente Pós-Graduação Lato Sensu em Comunicação e Administração. Email - roberto.macedo@mackenzie.br / roberto.gondo@yahoo.com.br

A revolução da tecnologia da informação foi essencial para a implementação de um importante processo de reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 1980. No processo, o desenvolvimento e manifestações dessa revolução tecnológica foram moldados pelas lógicas e interesses do capitalismo avançado, sem se limitarem às expressões desses interesses. O sistema alternativo de organização social presente em nosso período histórico, o estatismo, também tentou redefinir os meios de consecução de seus objetivos estruturais, embora preservasse a essência desses objetivos: ou seja, o espírito de reestruturação. (CASTELLS, 1999, p. 50).

Na visão eleitoral, o Brasil se posicionou nos últimos quinze anos como uma das referências mundiais no quesito de informatização do sistema de votação eleitoral, por intermédio da urna eletrônica e seu sistema logístico de distribuição e apuração de votos. Nesse período, foi necessário o acompanhamento do processo de maturidade da população com relação ao sistema de votação, principalmente relacionado à métrica e votação e interação do eleitor com a interface da urna.

As campanhas publicitárias promovidas pelo TSE e pelos Tribunais Regionais foram estrategicamente posicionadas, respeitando as especificidades regionais, partindo da realidade brasileira, cuja territorialidade é de caráter continental.

Essas ações comunicacionais foram desenvolvidas de modo concomitante com à evolução tecnológica ocorrida na sociedade, principalmente no sentido de implantação de técnicas modernas de segurança da informação e proteção de dados, seja na validação do eleitor, como na votação e apuração. Um exemplo recente é a implantação da métrica biométrica, instituída gradativamente nas duas últimas eleições para garantir maior segurança de dados.

A busca por um sistema eleitoral de presente qualidade, integridade e eficácia é objeto de pesquisa em diversos países pelo mundo. Escolher a melhor forma de explicitar e gerenciar uma eleição, independente da esfera que ocorra é um passo diretamente relacionado com o histórico político do país, bem como seu sistema político vigente.

O Brasil passou por vários modelos eleitorais em sua trajetória histórica, muitos deles adaptados com a realidade territorial, pois um fator relevante na adoção de um sistema eleitoral é a capacidade de integrar as regiões pertencentes à votação e distribuição logística dos protocolos de voto.

Desde 1996, o Brasil vivencia uma nova realidade quanto ao processo eleitoral, visto que a evolução tecnológica é fator intrínseco nos segmentos da sociedade. A implantação do sistema do voto eletrônico vem com a base da modernidade no procedimento estrutural nacional e trás consigo um arcabouço de questionamentos, análises e versões quanto ao seu desempenho.

Para Castells (1999, p. 98), “a sociedade informacional é compreendida como uma interligação de redes culturais que são intensificadas pelo favorecimento do fluxo de informações”.

Na visão de Camarão (1997, p.36), “o voto informatizado é um fruto da busca cada vez mais rápida da informação e dos avanços tecnológicos da sociedade moderna, onde vários países já incorporam esta cultura como evolução natural dos meios democratizados”.

Em contrapartida a essa corrente, muitos autores e profissionais da área de tecnologia colocam em dúvidas a veracidade do processo eleitoral brasileiro como é desenvolvido atualmente. “A falsa impressão do voto seguro e eficaz é o que permite incentivar o descaso com a democracia no país, dificultando todo o ambiente político de expressar credibilidade”. (MANESCHY, 2003, p.147).

Um benefício potencial desta pesquisa é permitir aos demais estudiosos da área de propaganda política que compreendam como se deu o processo de adaptação de campanha em relação a este novo tipo de votação. Permitir o debate de uma temática polêmica e que permeia os conceitos de cidadania e garantia da permanência do processo democrático no país.

Por ser uma tecnologia ainda discutida pelos canais de fomento científico, público e pela sociedade civil, torna-se necessário promover pareceres e visões de pesquisa que possam esclarecer potenciais dúvidas sobre a transparência do sistema e ferramentas informatizadas que possam ser incorporadas com o decorrer dos anos para ampliar o ambiente de democratização do processo de votação.

Pesquisadores na área de comunicação podem e devem contribuir para o debate de ideias, proposituras e análise de parâmetros dessa ferramenta normalmente discutida em caráter exclusivamente técnico e lógico sistêmico, todavia, como o sistema eleitoral eletrônico é um produto fruto do interesse público, sua estrutura, aplicabilidade e limitações podem adotar caráter discursivo polivalente, agregando novos olhares para a relação de democracia e eficácia eleitoral.

Sistema Eleitoral Brasileiro

O sistema eleitoral brasileiro é mantido e gerenciado pelo Tribunal Superior Eleitoral, situado na capital brasileira, com braços operacionais distribuídos pelas federações nacionais, com a nomenclatura de Tribunal Regional Eleitoral.

Cabe a cada estado promover auditoria, controle e fiscalização em seu território zelando pelo bom andamento do sistema de votação, cadastramento e fomento as eleições

realizadas bienalmente, com alternância de eleições para Prefeito e Vereadores, e em outro momento, para Deputados Estaduais, Federais, Senadores, Governadores e Presidente da República.

Com relação ao papel da Justiça Eleitoral, vale ressaltar Jobim (2005, p.17)

É importante notar, em nossa trajetória, que começamos com a exigência de uma idade mínima de 25 anos e renda de 100 mil réis para chegar, hoje, ao voto obrigatório para maiores de 18 anos, facultativo para maiores de 16. A questão relativa à maioria, ou melhor, à cidadania eleitoral ativa é assunto praticamente resolvido. Marginalmente tenta-se pautar a discussão sobre a manutenção da obrigatoriedade do voto, assunto que considero inoportuno, pois claramente se percebe que a população quer votar. A população vota.

O sistema eleitoral brasileiro, de forma mais acentuada no período posterior a redemocratização brasileira ocorrida nos idos dos anos 80, promove como cerne de discussão e garantia de direitos o conceito da cidadania eleitoral. Por diversos momentos na história eleitoral, a cidadania relacionada ao direito de escolha de seus representantes ficou ofuscada por atitudes centralizadoras de pequenos grupos de interesse político, na qual criavam mecanismos que propiciavam condicionamento do voto, popularmente conhecido como “voto de cabresto”, na qual por intermédio de ameaças e hostilizações o eleitor é direcionado a determinado candidato, mesmo sem a sua real vontade de escolha.

O sistema eleitoral no período anterior ao Estado Novo e no momento intermediário com o fim do regime de Vargas até o início da ditadura militar de 1964, o sistema de apuração de votos era susceptível a fraudes, devido à fragilidade logística e de controle cadastral dos eleitores. As cédulas eram de papel, com certa facilidade de manipulação de resultados.

O episódio eleitoral, em lapsos regulares, à base de um sufrágio universal, estruturado como competição entre diferentes programas institucionalmente representados e livres para apresentar-se publicamente, serve para garantir que o poder político não se torne um quinhão estável dos que o exercem. O poder político que se torna patrimônio de um grupo é expropriado da esfera civil, que sobre ele perde o controle que lhe é de direito num sistema democrático. As eleições têm o propósito de fazer com que o poder político retorne aos cidadãos para que, de tempos em tempos, possam, de novo, o atribuir a outros sujeitos e posições de disputa. (GOMES, 2008, p. 127).

Em momentos históricos do sistema eleitoral brasileiro, o voto não era secreto, o que reportava em uma condicionante mais acentuada para manipulação de votos e resultados. Na estruturação da Justiça Eleitoral, por um longo período o seu quadro funcional era deficitário, o sistema começou a se estruturar com maior eficácia na década de 80, quando equipes de trabalho direcionadas as atividades eleitorais eram selecionadas e capacitadas com o objetivo de inibir potenciais fraudes.

Até esse momento as eleições eram trabalhadas contando com quadros de colaboradores designados pelos prefeitos dos municípios, o que tornava o trabalho difícil de

impedimentos de más intenções de grupos interessados em manipular resultados e influenciar no processo de cadastramento eleitoral.

Foi só recentemente que a qualificação do eleitor passou a ser ato da Justiça Eleitoral [...] Atualmente, a qualificação eleitoral está mais aperfeiçoada, ainda que persista bastante reduzida, a possibilidade de fraude. O eleitor pode votar sem o título, basta que se identifique que seu nome seja conferido na listagem e que o número (em mãos da mesa) que lhe corresponda seja acionado para a abertura da urna. Se houver conivência da mesa, outra pessoa (ou até um mesário) pode votar em seu lugar. (JOBIM, 2005, p.19).

O conceito democrático requer estrutura necessária para o seu fortalecimento e fundamentação, pois isso, o papel da Justiça Eleitoral em qualquer país adotante do sufrágio do voto direto deve observar e criar mecanismos para estimular a importância da participação popular no processo.

No Brasil de hoje, a perda da memória institucional é fato muito grave, em todos os níveis de escolaridade, percebe-se uma descontinuidade, um hiato muito grande na memória institucional. De duas ou três décadas para cá, formou-se no Brasil uma visão muito negativa do passado histórico, como se nada jamais tivéssemos criado de útil, e, especialmente, nenhuma instituição importante. Há ceticismo a respeito de todas as instituições. É claro que há razões para isso, mas o prisma histórico, recolocando as instituições e na formação das democracias na devida perspectiva evolutiva. (LAMOUNIER, 2005, p.37).

Ainda em uma análise do impacto democrático na sociedade Habermas (1994, p, 362) descreve em uma visão contemporânea “de acordo com a teoria do discurso, o sucesso da política deliberativa depende não de uma ação coletiva da cidadania, mas da institucionalização dos procedimentos e das condições correspondentes da comunicação, assim como da interconexão de processos de deliberação institucionalizados com opiniões públicas desenvolvidas informalmente”.

Segundo essa lógica, esse processo reflexivo aplicado prejudicaria um ambiente democrático harmonioso, pois processos de decisão política destruiriam a base de seu funcionamento no caso de bloqueamento de fontes espontâneas das esferas públicas autônomas ou se desconectassem dos aportes provenientes da flutuação livre de questões.

Utilização da Tecnologia da Informação à favor da Democracia

Compreender a Tecnologia da Informação (TI) como um ferramental estratégico para otimização de operações públicas e privadas é senso contemporâneo e necessário em uma sociedade integrada em recursos tecnológicos e cada vez mais condicionada a resultados e processos em tempos de realização cada vez menores.

Descrever sobre a utilização da TI a favor da democracia é explanar a atitude da Justiça Eleitoral brasileira em projetar, desenvolver e implantar gradativamente um sistema eleitoral eletrônico, com vistas a melhorar procedimentos, bem como criar mecanismos que inibissem as fraudes tradicionais, comumente apresentadas e realizadas nas últimas décadas.

Na visão de Maia (2008, p. 277) “os dispositivos das novas tecnologias de comunicação e informação, interativas e multifuncionais, têm sido frequentemente notados como recursos para favorecer o processo democrático”.

O setor público difere-se do setor privado no sentido de rapidez nas decisões estratégicas e de uso das potencialidades e ferramentas tecnológicas, pois não é movido pelo mesmo espírito competitivo apresentado e enraizado na livre concorrência. O poder público se mostrou interessado nas ferramentas tecnológicas em meados da década de 90 do século passado, quando apresentou diversos projetos federais que incentivavam a implantação de recursos tecnológicos para a melhoria das rotinas instauradas na gestão pública.

Segundo Neves (2005, p. 149) Não é preciso lembrar dos problemas que tínhamos e alguns que ainda temos no Brasil em razão das nossas particularidades, começando pelas dimensões, mais de oito milhões e meio de metros quadrados, pela população de mais de 180 milhões de habitantes e por um eleitorado de mais de 120 milhões de pessoas. São números que agigantam a tarefa.

A Tecnologia da Informação tem sido considerada como um dos componentes mais importantes do ambiente organizacional atual, sendo que as organizações brasileiras têm utilizado ampla e intensamente essa tecnologia nos níveis estratégicos e operacionais (ALBERTIN & MOURA, 2005, p. 36).

Modelos de gestão integrada e funcional são utilizadas como peças publicitárias para a população, independente dos níveis em que pertençam, sendo: municipais, estaduais ou federais, implantando a concepção que a tecnologia aliada ao planejamento público pode garantir ótimos resultados na administração.

Uma forma de manter a credibilidade de um órgão público que controla um processo organizacional relacionado a eleições é desenvolver um sistema de base de dados eficiente, cadastramento eleitoral com maior precisão possível, com o objetivo de viabilizar uma eleição e apuração de votos com a menor margem de erro aceitável.

Em literatura publicada pelos órgãos relacionados ao Tribunal Superior Eleitoral ou nos Tribunais Regionais Eleitorais, a manifestação de preocupação em desenvolver um sistema eleitoral eficiente e seguro sempre foi objetivo principal desse segmento.

A evolução tecnológica veio contribuir para que esse desejo organizacional pudesse conseguir formato mais alicerçado em controle eletrônico, sem muita interferência humana,

como relatos históricos até meados da década de 90. Na visão de Cardoso (2006, p. 64) os impactos da tecnologia são inevitáveis para a evolução da política

A palavra, nos dias de hoje, é a “mensagem” e o meio de sua difusão é eletrônico e não mais o púlpito ou a tribuna. Os efeitos do rádio (e, posteriormente, da TV) já se faziam sentir na “política de massas”, que caracterizou as mobilizações fascistas e autoritárias de modo geral e que serviu de argamassa ao populismo terceiro-mundista. Agora é a própria política democrática que apela a esses meios e à Internet. Tudo ocorre em tempo real, a despeito da distância física, mas com uma diferença: a Internet é essencialmente interativa a pouco a pouco o rádio, a TV e mesmo o jornal e a revista vão criando espaços democráticos para o “outro lado”, para a reação das pessoas.

A abordagem principal da Justiça Eleitoral com relação ao sistema de votação é mais direcionada a logística do *Hardware* do processo, pois a urna eletrônica, em sua atual fase de execução funciona com o componente eletrônico *off-line*, isto é, não conectado a nenhuma rede de troca ou recebimento de informações da central eleitoral.

Segundo Rezende & Abreu (2001, p. 25), pode-se conceituar a Tecnologia da Informação como recursos tecnológicos e computacionais para a geração e uso da informação. Esse conceito enquadra-se na visão de gestão da TI e do Conhecimento. Outro conceito para TI pode ser todo e qualquer dispositivo que tenha capacidade para tratar dados ou informações, tanto de forma sistêmica como esporádica, quer esteja aplicada ao produto, quer esteja aplicada ao processo.

A interface do sistema eleitoral é também relevante quando se percebe a necessidade de criar um mecanismo de comunicação com o eleitor de fácil compreensão, mesmo porque, o eleitor brasileiro, desde a redemocratização brasileira não há a necessidade de comprovar escolaridade, nem tampouco conhecimento prévio em recursos e interfaces tecnológicas.

Uma das formas de fomentar o conhecimento do eleitor com o sistema eletrônico foi com o desenvolvimento de campanhas de conscientização sobre o método de votação, bem como a sua importância de participação desse movimento democrático nacional.

Quando se é reportado à concepção do uso da tecnologia, automaticamente surge a preocupação quanto ao grau de interatividade necessária para o fluxo harmonioso de informações e dados. Em pleno século XXI, os impactos tecnológicos ainda são dificultosos de serem assimilados como uma evolução comum pela sociedade, dito a velocidade intensa de suas inovações e mudanças.

Na visão de Castells (1999, p. 57), “as novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade. A comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais”.

No cenário característico a velocidade de informação, tem-se o informacionalismo diferente do que eram apresentadas na era industrial, as exigências eram outras, e em muitos

casos limitadas. No ambiente atual a necessidade de obter mais resultados em menos tempo pressiona por consequência o poder público na apresentação de solução que favoreçam um crescimento econômico e social.

Nesse ambiente conflitante entre dado e informação, Machado (2000, p. 84) define que “a distinção básica entre a definição de dado e informação está relacionada ao contexto e ao propósito. Dados brutos podem ser até informação, mas não necessariamente. Apesar de representarem significados, não geram conhecimento com propósito orientado. Informações, ao contrário, é relevante para certas ações, pois além de levar a compreensão, é diretamente aplicável a um objetivo. Enquanto os dados são mensagens geradas, processadas e transmitidas por via eletrônica, o termo mensagem é usado para comunicações verbais ou escritas”.

A produtividade, a competitividade e a velocidade das mudanças na era informacional são baseadas na geração de conhecimentos e no processamento de dados, independente do ambiente em que estão envolvidos, sejam públicos ou privados. A geração de conhecimento e a capacidade tecnológica são as ferramentas fundamentais para o fomento da concorrência.

A convergência da evolução social e das tecnologias da informação criou uma nova base material para o desempenho de atividades em toda a estrutura social. Essa base material construída em redes define os processos sociais predominantes, consequentemente dando forma à própria estrutura social. (CASTELLS, 1999, p. 567).

A incorporação de novas tecnologias no cenário organizacional é tradicionalmente relacionada com buscar indicadores de produtividade dos recursos humanos e a otimização de custos operacionais, especialmente na redução ou simplificação da mão-de-obra. Com o fenômeno de integração global dos mercados e o crescimento exponencial da concorrência, esses fatores não são suficientes para explicar a intensificação do uso de novos recursos tecnológicos de comunicação e informação nas organizações públicas e privadas.

À medida que se sedimenta uma informação, qualquer atividade pode ser elaborada com um custo menor, com menos recursos, em tempo reduzido e com melhores resultados. Atualmente, existem mais computadores, periféricos e tecnologias gerando informações úteis, precisas, oportunas, a um custo menor, em menos tempo, usando menos recursos e gerando riquezas. (REZENDE & ABREU, 2001, p. 76).

É viável observar o eleitor como um consumidor de um serviço, o poder público não pode deixar de acompanhar a mudança desse perfil de brasileiro que se depara diariamente a formas de interação, atendimento e suporte cada vez mais integrados, oferecidos principalmente pelos serviços privados, das mais diversas origens.

Com a evolução tecnológica, clientes do mercado privado, consequentemente os mesmos envolvidos com o sistema público começam a tornar mais seletivos com relação aos serviços prestados, muitos não estão

dispostos a aceitar falhas no sistema e demora no atendimento, como também a ausência de eficácia nas operações e prazos de entrega. O comportamento desse indivíduo envolvido no mundo tecnológico e da alta velocidade da informação influencia substancialmente o desenvolvimento da demanda por bens e serviços de alta qualidade. (MACEDO, 2009, p.244).

O caráter de morosidade na prestação de um serviço é muito relativo, mesmo porque demorar a receber um serviço em 24 horas, por exemplo, pode ser um tempo coerente para uma determinada pessoa, porém um absurdo para outra da mesma região e características de comportamento.

Na sociedade da informação, que se manifesta, sobretudo pela conexão e difusão dos meios de comunicação de massa, a satisfação dos usuários torna-se fator decisivo para o sucesso do plano de tratamento de dados implantado. Um sistema de votação rápida e funcional permite ao eleitor uma visão positivista no processo democrático, e conseqüentemente com os órgãos regulamentadores e o poder público no geral.

A influência da TI no poder público pode direcionar para a gestão pública, na busca de melhorias no ambiente interno da organização, no aumento da eficácia organizacional (agilização de processos, da estrutura, da comunicação e a eliminação da burocracia), o uso estratégico da tecnologia na administração dos recursos de informática que pode (e deve) melhorar o atendimento da população e os serviços prestados ao cidadão.

A governança e a administração de TI, com seus processos de planejamento, organização, direção e controle, tem como objetivo garantir a realização bem-sucedida dos esforços para o uso das informações, desde a sua definição com o alinhamento estratégico influenciado pelo contexto até a mensuração dos seus impactos no desempenho organizacional. A governança e a administração de TI não devem ser realizadas apenas pelos gestores estratégicos da área, mas são uma responsabilidade da quais os gestores de negócios tem participação decisiva no seu sucesso. (ALBERTIN & MOURA, 2005, p.94).

Três passos são de suma importância para a valorização da informação no cenário de planejamento de gestão pública, é necessário conhecer, selecionar e usar as informações. Quando ocorre uma má seleção de dados, a causa pode acarretar sérios danos no sistema prejudicando os envolvidos no serviço prestado.

Quando se observa um modelo eleitoral, é notório preocupar com potenciais erros no sistema, pois diferente de outras realidades de aplicação tecnológica, o voto representa uma ludicidade diferenciada no que se refere à transparência no processo oferecido. Mesmo com um trabalho incessante tecnologicamente, o sistema eleitoral funcionando corretamente, o eleitor demonstra poucas manifestações analíticas, porém, basta uma falha em uma eleição ou região eleitoral para que o sistema possa ser compreendido pela sociedade como ineficaz e potencialmente aberto a falhas.

Esse cuidado é caráter primordial quando se trata em TI aplicada a serviço da democracia.

É preciso levar em consideração que, para fortalecer a democracia, são necessárias não apenas estruturas comunicacionais eficientes, ou instituições propícias à participação, mas também devem estar presentes a motivação correta, o interesse e a disponibilidade dos próprios cidadãos para engajar-se em debates. As novas aplicações tecnológicas, independentemente de favorecer ou dificultar a democracia, devem ser pensados de maneira associada com os procedimentos da comunicação estabelecida entre os sujeitos comunicantes concretos e seus respectivos contextos sociais e históricos. (MAIA, 2008, p. 278).

Para organizar as informações, é necessário avaliar e observar com atenção aos questionamentos quanto ao uso da tecnologia moderna de banco de dados e interface com o usuário do sistema, de agilidade de acesso, de produtividade, de menor custo de operação e maior retorno, seja financeiro, seja de conhecimento ou situacional.

A aplicação e a utilização da TI na esfera pública demonstram-se cada vez mais operantes e situação *sine qua non* para uma gestão integrada com relação à informação e objetivada ao sucesso de administração pública. Não é mais possível visualizar um cidadão compreender a ineficácia de processos e serviços públicos, bem como compreender como plausível haver um disparate entre o ambiente privado do público na era da informação.

A estratégia de TI é um aspecto fundamental para a aproximação do executivo com a população e sua implantação requer o domínio do alinhamento estratégico. Um grande desafio dos planejadores das estratégias de TI é de como administrar toda a demanda gerada pelas áreas antes atuantes de maneira distinta. Alinhamento estratégico é um conceito que vem sendo explorado por empresas da área de tecnologia desde a década de 80, como exemplo a IBM (MURAKAMI, 2003, p. 54).

O poder público pode apreender muito e crescer sustentavelmente com o modelo e velocidade de implantação presentes no ambiente privado, pois, o fomento a novas tecnologias propicia uma melhoria nos produtos e serviços, como também exige novas estratégias de interação com o usuário, criando um laço de fidelização e credibilidade.

A gestão da TI na administração pública deve vislumbrar não apenas o contexto interno da organização que visa obter a eficácia organizacional, mas principalmente o ambiente externo, no qual diferencia a qualidade dos serviços prestados ao cidadão, contribuindo para uma atuação eficaz do poder público na área de atuação de sua competência.

O conceito evolutivo da Justiça Eleitoral baseia-se na inserção contínua de novos métodos e ferramentas para estruturar cada vez mais o sistema de votação apoiado pela operação das urnas eletrônicas. Conforme a tecnologia avança e implantação é direcionada também para os eleitores nos dias de pleito eleitoral e em momentos de cadastramento ou

serviços nos intervalos das eleições, nos cartórios eleitorais, o clima de inovação é suprido e a imagem de um órgão moderno e pré-disposto a novas implantações é fixada para a sociedade.

O voto eletrônico

O sistema de votação eletrônico, apesar de aparentemente ser um processo simples e implantado na maioria dos países democráticos, ainda gera controvérsias com relação a sua funcionalidade e veracidade nas transparências das informações.

A primeira manifestação da Justiça Eleitoral relacionada à aplicação tecnológica no processo de eleitores não ocorreu apenas em 1996, quando a implantação por amostragem da urna eletrônica ocorreu. Em 1986, ainda no início da informática no mundo, o Brasil foi um dos países pioneiros a fomentar a informatização e integração de informações nos bancos de dados dos eleitores brasileiros.

Obviamente que concomitante com o processo de cadastramento e organização da estrutura eleitoral, o objetivo intrínseco do órgão federativo era de contribuir no combate a fraudes relacionadas ao cadastramento de pessoas com documentos falsos, ou até mesmo, o uso de cédulas de votação e títulos de pessoas já falecidas.

Com relação ao cadastramento eleitoral de 1986, Neves (2005, p. 149) relata

A partir daquele momento passamos a ter um banco de dados seguro, um banco de dados confiável, cujos registros eram regularmente conferidos para evitar duplicações, respeitando e seguindo os procedimentos que impedem, por exemplo, que alguém se inscreva como eleitor na Bahia, no Amapá ou no Maranhão. Antes era bastante difícil descobrir essa fraude. Hoje, com o sistema todo integralizado, não há mais essa possibilidade. Claro que não exclui a possibilidade de ainda ser tentada a falsa inscrição. Mas a dupla inscrição, aquela que é feita apenas com a apresentação dos documentos verdadeiros em dois cartórios eleitorais ficou muito mais difícil.

Nos anos sequenciais ao mandato de José Sarney, o Brasil vive em um período democrático no que se refere no pleito de escolha de seus representantes. A década de 90 trouxe uma grande novidade na história do voto no Brasil: as urnas eletrônicas. Em 1996, elas foram utilizadas pela primeira vez nas eleições municipais e, em 2000, foram introduzidas em todo o País.

Michel et al (2004, p.147) “acredita que essa nova experiência trouxe mais confiabilidade ao processo eleitoral, agilizou a apuração, e o que é melhor: reduziu significativamente ou praticamente eliminou as fraudes”.

Hoje, há um consenso entre os historiadores e as autoridades ligadas à questão eleitoral de que o sistema brasileiro é um dos mais avançados do mundo. Na visão de Silva

(2002, p.32) um exemplo disso é que observadores dos Estados Unidos vieram ao País para aprender sobre o voto eletrônico.

A parceria entre a Justiça Eleitoral e a Informática permitiu resultados quanto à otimização de tempo e eficácia de uma eleição. O Cadastro Único Computadorizado de Eleitores permitiu a consulta de informações sobre qualquer eleitor dentro do território nacional. Isso possibilitou à Justiça Eleitoral identificar inscrições duplas, triplas ou múltiplas de eleitores e eliminá-las gradualmente.

Em seguida, veio à totalização de resultados por meio do computador. A totalização é a soma dos números finais de cada urna para saber o eleito em cada município, estado ou no País. Antes essa soma era feita à mão, e, posteriormente, com o auxílio de máquinas de calcular. No entanto, esse tipo de manuseio resultava, algumas vezes, em erros de soma (propositais ou não), que distorciam o resultado de toda uma eleição.

Segundo Monteiro et al (2001) “em 1996, o processo de votação e de apuração torna-se 100% eletrônico, ou seja, com a menor interferência humana possível. Com a urna eletrônica, o eleitor digita diretamente o número do candidato escolhido no teclado próprio, semelhante ao de um telefone comum. O voto é armazenado em um disquete que fica no interior de cada urna, cujos dados só podem ser acessados através dos computadores do TRE”.

Depois o disquete é levado à central de totalização, de onde os dados são transmitidos, obtendo-se, assim, o resultado final da eleição. A apuração manual - e suas consequências que, às vezes, colocava em risco a democracia – foi sendo gradualmente extinta com a urna eletrônica.

Em 1998, todos os municípios com mais de 40.500 eleitores tiveram votação eletrônica, representando cerca de 5,2 milhões de eleitores em Minas Gerais (distribuídos em 45 municípios) e 57 milhões de eleitores no País (537 municípios). Já em 2000 houve a primeira eleição 100% informatizada em todo país.

De um total de 5.561 municípios, as eleições aconteceram em 5.559 cidades brasileiras – exceção de Brasília, onde não há eleições municipais, e o município de Luís Eduardo Magalhães na Bahia, criado no dia 30 de março de 2000 – pela lei, só pode haver eleição este ano nos municípios criados até o dia 31 de dezembro de 1999. Isso corresponde a um total de 109.823.461 eleitores no Brasil.

O desafio do eleitorado nas eleições de 2002 foi digitar na urna seis votos diferentes na seguinte ordem: deputado federal, deputado estadual, senador 1, senador 2, governador e presidente da república. Em 2004, 2006 e 2008 respectivamente a Justiça Eleitoral realizou a aplicabilidade da votação nos moldes de 2000 e 2002.

Com o objetivo de agregar novas informações e técnicas no sistema eleitoral eletrônico, nas eleições de 2008, alguns municípios brasileiros foram escolhidos por metodologia de amostragem para a implantação da urna eletrônica biométrica, com o objetivo de garantir maior eficácia no momento de validação do eleitor nas seções eleitorais.

O sistema de identificação biométrica é realizado por intermédio de validação de usuário, no caso de eleitores. Para que o processo funcione corretamente, é necessário o armazenamento prévio do eleitor com suas impressões digitais e foto para que, posteriormente haja a identificação no momento da eleição.

Atualmente o sistema de validação do eleitor é realizado por apresentação do título de eleitor ou qualquer outro documento de instâncias legais com foto do eleitor, sendo a identificação feita pelo mesário, no qual acessa a lista prévia preparada pela Justiça Eleitoral com o objetivo de entrega do comprovante de votação e assinatura do mesmo.

Caso o projeto vingue, além de colocar o Brasil na dianteira dessa tecnologia, poderá tirar de campo mais de 1,5 milhão de mesários - os eleitores convocados para trabalharem em dias de eleição. Num cenário esperado pelo TSE, só fiscais do próprio tribunal seriam responsáveis pelas seções. A nova urna impedirá, por exemplo, que mesários corruptos assinem a lista de presença no lugar de pessoas que não compareceram no dia da eleição e, de posse dos dados, votem por elas. O Brasil possui hoje 432.630 urnas eletrônicas. Segundo o TSE, o custo de implantação do sistema não será bilionário como se espera em casos de nova tecnologia nesses processos. O software é desenvolvido pelos técnicos brasileiros, e a inserção do leitor digital no aparelho ficará a um custo de R\$ 30 por urna. Dentro desses cálculos, um investimento esperado em torno de R\$ 13 milhões só para a implantação. (MAZZINI, 2007).

Os municípios escolhidos para a primeira implantação de testes foram: São João Batista, em Santa Catarina, Fátima do Sul, em Mato Grosso do Sul e Colorado do Oeste, em Rondônia. O objetivo é que nas próximas três eleições, isto é, nos próximos seis anos, a implantação possa ocorrer em âmbito nacional.

Na eleição de 2010, a ampliação da usabilidade biométrica ocorreu conforme as diretrizes do TSE, com a escolha de 43 municípios, distribuídos em 16 estados da federação brasileira. O objetivo é que nas próximas duas eleições, isto é, nos próximos quatro anos, a implantação possa ocorrer em âmbito nacional, na totalidade.

Considerações Finais

Os impactos tecnológicos na sociedade devem ser previamente analisados pelas instâncias públicas e, por intermédio de suas políticas, devem incentivar à inclusão digital, devido à extrema relevância para o desenvolvimento sustentável e incorporação de novos comportamentos embasados na velocidade da informação.

A mudança do sistema de votação brasileiro nos últimos quinze anos para uma estrutura mais informacional e tecnológica fomentou uma mudança de comportamento e cultural quanto à compreensão da velocidade das ações eleitorais. O voto ficou mais fácil devido à interface da urna eletrônica, bem como a apuração dos votos, considerada uma das mais velozes do mundo, de acordo com o contingente populacional representativo.

O Tribunal Superior Eleitoral brasileiro, de modo concomitante com as novas tecnologias, investiu estrategicamente em três fases de interação com os eleitores: a primeira focada na conscientização do novo sistema, a segunda direcionada a importância da nova interface de comunicação e voto, no caso a urna eletrônica. A terceira fase da ação é a continuidade do trabalho de aumento da credibilidade da urna e implantação de novas métricas de velocidade e segurança.

Com novas tecnologias aplicadas aos serviços públicos e no cotidiano privado, o indivíduo, naturalmente torna-se mais exigente quanto à segurança de dados, velocidade nas ações, criando um novo cenário de comportamento nacional, positivo para manter o sistema brasileiro de representação econômica e social alinhado com o espírito democrático e inclusivo.

Referências

ALBERTIN, A. L., MOURA, R. M. **Tecnologia da Informação**. São Paulo: Atlas, 2005.

CAMARÃO, Paulo César Bhering. **O Voto Informatizado: Legitimidade Democrática**. São Paulo: Empresa das Artes, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política: a história que vivi**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTELLS, Manoel. **Sociedade em Rede**. São Paulo. Paz e Terra, 1999.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e Democracia**. São Paulo: Paulus, 2008.

HABERMAS, J. Struggle for recognition in the democratic constitutional state. In: GUTMANN, A (Org.). **Multiculturalism**. Princeton: Princeton University, 1994.

JOBIM, Nelson. Origem e atuação da Justiça Eleitoral. In: PASSARELLI, Eliana (Org.). **Justiça Eleitoral: uma retrospectiva**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

LAMOUNIER, Bolívar. A Justiça Eleitoral e o desenvolvimento da democracia: uma perspectiva histórica. In: PASSARELLI, Eliana (Org.). **Justiça Eleitoral: uma retrospectiva**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

MACEDO, Roberto Gondo. Potencialidades da Tecnologia da Informação no ambiente de integração de dados no planejamento de políticas públicas. In: ALVES, Luis Roberto; NASCIMENTO, Anderson Rafael (Org.). **Políticas Públicas: Construção, fortalecimento e integração**. São Bernardo do Campo: UEMESP, 2009.

MACHADO, R. T. M. **Rastreabilidade, tecnologia da informação e coordenação de sistemas agroindustriais**. Tese (Doutorado). São Paulo, FEA – USP, 2000.

MAIA, Rousiley. Democracia e a Internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e Democracia**. São Paulo, Paulus, 2008.

MANESCHY, Osvaldo. **Congresso pode acabar com o voto eletrônico impresso**. Jus Navigandi, Teresina, 2003. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto>>. Acesso em out. 2010.

MAZZINI, Leandro. **Eleições 2008: Brasil vai estrear urna biométrica**. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/00I1931775-EI306,00.html>>. Acesso em 12 nov.2008.

MICHEL et al, Gabriel et al. **Electronic voting for all: the experience of the brazilian computerized voting system**. France: UPA, 2004.

MURAKAMI, M. **Decisão estratégica de TI: estudo de caso**. Dissertação Mestrado. São Paulo: FEA – USP, 2003.

NEVES, Fernando. O voto eletrônico. In: PASSARELLI, Eliana (Org.). **Justiça Eleitoral: uma retrospectiva**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da Informação: Aplicadas a Sistemas de Informação Gerenciais**. São Paulo: Atlas, 2000.

REZENDE, Pedro Antônio Dourado de. A seita do Santo Baite. Disponível em <<http://www.votoseguro.org/textos/seitadosantobaite.htm>>, Acesso em 12 fev.2009.

SILVA, Mônica Côrrea da. **Voto Eletrônico: É mais seguro votar assim?** Florianópolis: Insular, 2002.